

Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais?

Saint Vincent de Paul Society: Catholic charity to the social problems?

Cláudia Neves da SILVA•
Fabio LANZA••

Resumo: O estudo da instituição Igreja Católica é uma investigação que trata de uma das organizações mais antigas e tradicionais do Ocidente, a qual se adaptou às exigências econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas que se constituem na sociedade. Muitas vezes as autoridades eclesiásticas conseguiram, não sem lutas e disputas internas e externas, superar as crises pelas quais a organização religiosa passou, mantendo-a unida com um consenso auto-imposto, expulsando os opositores, dominando reis, subjugando povos e difundindo sua percepção de mundo. Com a intensificação do processo de secularização no século XX, perdeu parte de seu poder e prestígio; porém exerce uma intervenção, de forma conciliadora, em diversos conflitos adota a função de estabelecer alianças com diferentes grupos sociais. Neste sentido, o artigo tem por objetivo apresentar e interpretar uma das práticas religiosas católica, a Sociedade de São Vicente de Paulo, que com sua ação capilar, penetra nas mais longínquas regiões, arregimentando membros de diferentes segmentos sociais na busca de resolver os problemas sociais sem alterar o *status quo*.

Palavras-Chave: Igreja Católica; Práticas religiosas católicas; Sociedade de São Vicente de Paulo.

Abstract: The study of the Catholic Church institution is an investigation which is about one of the most traditional and oldest organizations in the West which adapted itself to the economic, social, political, cultural and ideological demands which are established in the society. Many times the ecclesiastic authorities managed to, not without home and foreign fights and disputes, overcome the crises by which the religious organization suffered, keeping united to a self-imposed consensus, expelling the opponents, dominating kings, subjugating peoples and spreading out its world perception. With the intensification of the secularization process in the XX century, it has lost part of its power and prestige; however it carries out an intervention, in a conciliatory way, in many conflicts it adopts the function of establishing alliances among different social groups. Thus, the aim of the article is to present and interpret one of the Catholic religious practices, the Saint Vincent de Paul Society, which with its capillary action, penetrates into the farthest regions, regimenting members from different social segments in the search of a solution for the social problems without altering the *status quo*.

Keywords: Catholic Church; Catholic religious practices; Saint Vincent de Paul Society.

1 - Introdução

A discussão sobre a relação entre o catolicismo e as suas práticas religiosas na sociedade brasileira do século XX e XXI exige, de forma breve e limitada, apresentar alguns aspectos seletivos da história da Igreja Católica, na América Latina e no Brasil.

• Professora Doutora – Departamento de Serviço Social – UEL – Univ. Estadual de Londrina – Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, CEP: 86051-980, Londrina, Paraná, Brasil. Laboratório de Estudos das Religiões e Religiosidades UEL/GT História das Religiões ANPUH. E-mail: claudianeves@sercomtel.com.br

• Professor Doutor – Departamento de Ciências Sociais – UEL – Univ. Estadual de Londrina – Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, CEP: 86051-980, Londrina, Paraná, Brasil. Laboratório de Estudos das Religiões e Religiosidades UEL/GT História das Religiões ANPUH. E-mail: lanza1975@gmail.com

A instalação dessa organização religiosa se iniciou com o processo de ocupação, em que, como bem salientou o poeta chileno Pablo Neruda, “a cruz, a espada e a fome iam dizimando a família selvagem”.

São apresentados os aspectos relevantes sobre temática da atuação sociopolítica da Igreja Católica, por isso, o ponto de partida referenciado é o final do século XIX em que se observou a reação Ultramontana. A Igreja Católica,

refeita dos abalos sucessivos por que passou desde os fins da Idade Média e conseguindo sobreviver às perseguições religiosas e anticlericais do ciclo revolucionário, inaugurado com a Revolução Francesa, o grande projeto da Cúria Romana foi reconquistar um lugar ou o lugar central da humanidade (MANOEL, 1999, p.207).

De acordo com Pe. Djalma R. de Andrade, o pensamento ultramontano da Igreja não era o de

instaurar a ordem e, sim, de restaurá-la, pois esses autores afirmavam que já houve um momento da história no qual se deram as condições ideais de realização do homem em sua dignidade, momento que não foi perpetuado, devendo por isso ser resgatado. Resultam dessa concepção a tendência a uma volta a esse momento passado e uma visão estática, não-histórica da ordem. Há um conteúdo romântico no tradicionalismo ligado a um desconhecimento do caráter dinâmico da história. A ideologia da ordem, pleiteando perpetuar o momento privilegiado que ofereceu as condições propícias à realização plena do homem e da sociedade (geralmente a Idade Média) não vê, no mundo atual, esse momento, nem essas condições e, conseqüentemente, assume uma postura saudosista e reacionária (ANDRADE, 1994, pp.24-5).

Tendo em vista diversos estudos elaborados por Augustin Wernet¹ e outros pensadores² sobre as reformas implantadas no século XIX, por exemplo na Igreja Católica em São Paulo, com Dom Antônio Joaquim de Melo (1851-61), é possível indicar que

para formar um clero ilustrado, ortodoxo e moralizado, o bispo fundou o Seminário Episcopal de São Paulo (1857), o primeiro seminário paulistano alinhado com as normas do Concílio Tridentino para a direção do seminário, onde se misturavam os cursos de Filosofia e Teologia, e também para um seminário menor (com internato e externato). Dom Antônio Joaquim buscou, após entendimento com a Santa Sé, padres capuchinhos da província de Sabóia. Os livros que passaram a ser utilizados eram de tendência conservadora, os mesmo lidos nos países católicos da Europa. Com o intuito de moralizar o clero, e revitalizar a fé da população, o bispo realizou um plano de visitas pastorais. Na orientação religiosa do povo, promoveu-se afastamento do catolicismo luso-brasileiro tradicional, de caráter familiar, social e leigo, afirmando um catolicismo fiel ao papa, de tendência conservadora e com forte conotação moralizadora. O catolicismo reformado caracterizou-se, também, pela defesa das doutrinas tridentinas, insistindo na vivência de uma fé interiorizada, pessoal e individual, e de extrema obediência às orientações do clero (WERNET, 2005, p.132).

As reformas que foram implementadas no processo formador e disciplinador do clero secular e as novas congregações trazidas da França, Itália, Alemanha (masculinas e femininas) colaboraram na efetivação do novo perfil católico-romanizado em todo o país, que também se estendeu às organizações católicas leigas e populares (confrarias, irmandades, associações etc.) subsidiando novas práticas religiosas que se diferenciavam do catolicismo até então desenvolvidas no período colonial e imperial no Brasil.

A presença e atuação de milhares de religiosas vindas de além-mar (AZZI e REZENDE, 1983), na segunda metade do século XIX em diante, deu um prestígio sem precedentes aos bispos e à Igreja católica. As “irmãs de caridade” foram um dos fatores de maior peso na evolução da vida religiosa brasileira no final do Segundo Império. Elas passaram a ocupar postos dirigentes no campo da saúde, da educação e assistência social. Tornando a presença da Igreja mais visível na sociedade e diante dos governos (VALLE, 2005, p.218).

Nessa época instalou-se um divisor de águas entre o catolicismo iluminista-pombalino, vinculado ao Padroado Régio e à Universidade de Coimbra (centro de formação dos Bispos), e o catolicismo reformado e ultramontano, vinculado ao Vaticano e às suas orientações político-administrativas, doutrinárias e dogmático-tridentinas³. Houve um contexto de disputa de poderes, entre o campo religioso e o Estado, e de reestruturação da Igreja Católica no Brasil, o que permitiu o desenvolvimento da chamada Questão Religiosa⁴ em 1872. Para essa instituição o referido momento foi de profundas transformações,

o catolicismo luso-brasileiro, de certo modo ajustado à sociedade colonial e também à cultura do clero católico, não estava mais em sintonia com as necessidades de uma sociedade em processo de modernização e europeização, tampouco o catolicismo predominante na Europa a partir da Restauração (1815), quando os papas passaram a ampliar sua esfera de poder espiritual e religioso sobre as Igrejas locais, num processo de romanização da Igreja Católica (WERNET, 2005, p.131).

Esses aspectos ultramontanos-romanizadores potencializaram a crise entre os poderes político⁵ e religioso frente à Igreja Católica e à elite Imperial, associada à maçonaria, que estava vinculada à chamada Questão Religiosa e à Proclamação da República, como já fora tratado anteriormente. Dessa forma, “a vitalidade da Igreja institucional no Brasil e, particularmente na cidade de São Paulo, no período de afirmação do catolicismo reformado, era inegável” (WERNET, 2005, p.140). A Igreja, no final do século XIX e início do século XX, passou a se envolver cada vez menos com a “reivindicação de direitos sociais ou em questões políticas. Dom Sebastião Leme, numa carta pastoral de 1916, [afirmara ...] “*Somos uma grande força nacional, mas uma força que não atua e não influi, uma força inerte*” (WERNET, 2005, p.140).

Até o advento da Proclamação da República a Igreja estava submetida ao regime do Padroado Régio. No final do século XIX, observou-se a separação oficial entre Igreja e Estado, surgindo novas relações em outro contexto histórico, que, por último, estava associado a esse processo histórico.⁶

Nas últimas décadas do século XIX e na fase inicial do século XX, surgiram dentro da Igreja em âmbito mundial alguns setores que passaram a ter um novo posicionamento frente ao mundo moderno, urbano e industrial, como exemplo, “a tentativa do padre Daens de criar em Flandres, em 1893, um Partido Popular Cristão, de tendência abertamente democrática” (AUBERT, 1975, p.150).

Essa realidade, a partir do início do século XX, levou a Igreja Católica, no Brasil, a envolver-se em discussões sociais, econômicas e políticas, tendo em consideração as massas populacionais dos centros urbanos. Naquele momento, começou a se tornar público um conflito entre a visão católica conservadora e a crença no papel transformador da Igreja e dos valores religiosos.

No Brasil, esse processo pode ser observado a partir de 1952, com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instaurava-se uma tendência de aproximação de parte do clero católico às classes despossuídas, e já se observava o início de uma divisão dos bispos entre progressistas e conservadores.

Nos anos da década de 1960, passando a atender um “apelo de João XXIII, a CNBB publicou o Plano de Emergência, que preparou os espíritos para receber a mensagem dos documentos do Vaticano II” (GUIMARÃES, 1978, p.20).

As transformações políticas ocorridas no Brasil na década de 1960, principalmente após a instalação dos militares no poder executivo a partir de 1964, coincidem com as “mudanças que a Igreja Católica passa a experimentar a partir do Concílio Vaticano II – 1962-65” (BRASIL, 1985, p.147), das Conferências Episcopais em Medellín (1968) e em Puebla (1979).

Nessa trajetória histórica é possível perceber a existência de vários catolicismos dentro da Igreja Católica Romana, aprofundando a discussão, pode-se citar Antônio Gramsci quando afirma que toda religião

[...] é, em realidade, uma multiplicidade de religiões diferentes e frequentemente contraditórias: (...) há um catolicismo da pequena burguesia e dos trabalhadores urbanos, um catolicismo para mulheres e um catolicismo para intelectuais (GRAMSCI apud LÖWY, 1991, p.20).

As diferenças são encontradas em sua organização, em seu clero, nas ordens religiosas, nos movimentos, nas pastorais, na sua composição social, entre outros, assim é possível observar inúmeras práticas religiosas, com vínculos diversos de acordo com seus respectivos “catolicismos”.

Um desses catolicismos que podemos observar no interior da Igreja é a ação do movimento leigo da Sociedade de São Vicente de Paulo, que com sua prática baseada no princípio da caridade,

procura assistir famílias, homens, mulheres, jovens, crianças e idosos carentes de bens e serviços socioassistenciais das comunidades existentes ao redor de uma paróquia.

Antes das análises sobre a prática religiosa vinculada à Sociedade São Vicente de Paula é importante destacar as trajetórias e a base teórico-metodológica que norteou a pesquisa e a produção desse artigo. Por tratar-se de uma investigação documental e oral, foi enfatizada no debate a seguir apenas a relação entre a produção historiográfica e as fontes orais.

2 - Os passos da pesquisa: novas produções historiográficas

A pesquisa apresenta um caminho de investigação que privilegia os participantes da Sociedade São Vicente de Paulo, na Arquidiocese de Londrina - como forma de expressão, ou dados de uma realidade, decorrente de um catolicismo popular (leigos).

A busca e a realização desta pesquisa foi motivada por Paul Thompson, em sua obra “*A voz do passado. História Oral*”, na qual afirma que:

[...] a história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras [...] - pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (THOMPSON, 1992, p.22).

Imbuído dessa perspectiva⁷, valorizando “aqueles que tendemos a considerar os não-atores da história, cuja importância passa a ser valorizada pelo simples fato de o historiador solicitá-los e entrevistá-los” (VOLDMAN In AMADO, 1996, p.40), a captação das suas falas expressaram um exercício investigativo em que os

[...] discursos são as combinações de elementos linguísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo [...]. A fala é [...] rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso (FIORIN, 1999, p.11).

A expectativa foi valorizar, por meio das entrevistas, as muitas faces que compõem as práticas religiosas do catolicismo, trazendo ao público evidências das experiências individuais ou coletivas.

O processo de pesquisa histórica realizada por meio do discurso-oral permite valorizar participantes históricos que não foram privilegiados até então pela historiografia atual. Ainda cabe ressaltar que os depoentes estão sendo elevados à condição de sujeitos históricos que saíram do

anonimato e que, a partir de suas vidas e suas experiências, contribuem para a investigação histórica, algo essencial para a vida humana. Afinal,

a rotina diária dos parques e bicicletas, das compras, do comer e limpar-se, dos abraços e beijos costumeiros, talvez não seja apenas infinitamente bela e festiva, mas também infinitamente frágil e precária (BERMAN, 1986, p.14).

Realizar esse exercício histórico a partir da investigação científica, numa sociedade em que prevalecem valores vinculados ao lucro ou às formas mais avançadas de produção⁸, é um desvencilhar dessa sociedade em que *tudo o que é sólido e estável se desmancha no ar* (MARX, 1990, p.69).

O que se priorizou durante a efetivação desta pesquisa parte da perspectiva que é necessário esclarecer que a sociedade atual

permite a destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passada [...]. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores (HOBSBAWM, 1995, p.13).

A análise das entrevistas representa uma efetiva contribuição à historiografia, desde que o discurso do depoente seja considerado como uma das dimensões da sociedade e da história, estabelecendo-se a “relação entre discurso e configuração histórica em que se realiza, tendo o sujeito empírico como elemento de intermediação” (CARMO, 1997, p.2) entre o passado e o presente.

A partir desses aspectos, o sentido desta investigação foi o de explorar cientificamente as entrevistas, mas também cabe ressaltar que são comuns as elucubrações sobre as temáticas envolvendo os estudos sobre História Oral e Memória, adotando ou não contribuições no campo da Psicologia. No entanto, apesar das distinções entre memória e história, elas são intrínsecas, porque se vinculam à relação presente e passado, presente e futuro.

Para endossar esse aspecto de vínculo entre a história e a memória, Montenegro, em sua obra *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*, destaca:

[...] compreendemos a história como uma construção que, ao resgatar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) através da memória (MONTENEGRO, 1994, p.17).

Como a História Oral trabalha com critérios qualitativos, a pesquisa dispensou a utilização de técnicas estatísticas de amostragem e rompeu com o horizonte cartesiano. Para determinar quais e quantos serão os depoentes, foram realizadas 61 entrevistas com consórcios ou consorcias da Sociedade de São Vicente de Paulo da cidade de Londrina, qualitativamente significantes, elas foram perfeitamente adequadas para a constituição do *corpus* de análise.

A fala dos entrevistados é um fenômeno discursivo em suas múltiplas dimensões: as formações ideológicas, *o processo de comunicação entre interlocutores, os componentes argumentativos e retóricos* (CARMO, 1997, p.2). Destacando esses aspectos, assim como Verena Alberti,

acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documento escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 1989, p.197).

As falas foram analisadas por meio de categorias definidas e formuladas a partir da investigação sobre o catolicismo e as práticas religiosas, subsidiando as interpretações e o trabalho analítico, norteando a elaboração escrita: como caridade, solidariedade, assistência social.

Esse exercício que privilegia os depoentes e coloca-os em uma situação diferenciada da anterior às entrevistas, permite que o entrevistado, inclusive, questione o próprio valor de sua entrevista, porque causa imediatamente uma estranheza o fato de ser importante o que tem a dizer. Esse processo promovido pela história oral é de extrema relevância para novas produções historiográficas que privilegia novas perspectivas de pesquisa e novos sujeitos.

Como destaca Voldman, o informante pergunta-se o que sua vida poderia ter de interessante para um intelectual que escreve livros, enquanto este último faz elucubrações fascinantes a partir dos depoimentos sobre simples gestos do cotidiano ou sobre as ações de pouco brilho na história nacional (ver VOLDMAN, In AMADO, 1996, p.41). Ainda, a análise das falas permite compreender que o “itinerário pelo discurso não se esgota no interior do próprio discurso, mas se projeta na história” (FIORIN, 1999, p.77).

Tendo essas concepções em mente, partimos para a concretização do objetivo da investigação que deu origem ao presente texto: conhecer as práticas caritativas da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) e a repercussão destas ações na sociedade.

2.1 - Sociedade de São Vicente de Paulo: a caridade cristã frente aos problemas sociais

A Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) é um movimento católico cujo surgimento data do ano de 1833, em Paris, e se espalhou por vários países, mesmo naqueles onde a religião católica não era predominante. De caráter essencialmente leigo, originou-se de um grupo criado pelo estudante de Direito da Sorbonne, Antônio Frederico Ozanam e mais seis amigos, com a finalidade de ajudar, com recursos materiais - roupas, alimentos e remédios - as famílias pobres residentes na cidade de Paris, dando-se o nome de conferência da caridade, posteriormente, conferência⁹ vicentina, porque foi inspirada no trabalho desenvolvido por São Vicente de Paulo¹⁰ (CHIZOTI, 1991).

Este movimento leigo, ligado à Igreja Católica, mas não submetido à autoridade eclesiástica e voltado fundamentalmente para a assistência material e espiritual aos mais carentes, apresentou rápido crescimento. Após quatro anos de existência, a SSVP “[...] já contava com seis conferências em Paris e filiais em cinco grandes cidades: Lyon, Nantes, Rennes, Dijon e Toulouse, com perto de quatrocentos membros” (FRANCQUEVILLE apud CHIZOTI, 1991, p.66).

A explicação para o rápido crescimento da SSVP pode encontrar-se nas profundas mudanças ocorridas na França nos campos político, econômico e social neste período, quando a burguesia consolidou sua ascensão ao poder, registrando-se também o nascimento de *um movimento proletário-socialista* (HOBSBAWM, 1982).

Foi nesse ambiente que se deu o aparecimento de um movimento católico leigo voltado para o atendimento às necessidades materiais daqueles que se encontravam na miséria, esses últimos poderiam vir a se tornar um grupo perigoso para a burguesia, que mal havia ascendido ao poder na França, ou mesmo para a Igreja Católica, alvo de sérias críticas por parte de seus opositores, no que diz respeito ao seu poder e riqueza.

De acordo com SUCUPIRA (1972), as conferências de São Vicente de Paulo atingiram, entre 1842 e 1859, 18 países europeus, espalhando-se ainda pela Ásia, a partir de 1852, África em 1846 e Oceania em 1854.

Em 1835, dois anos após a fundação da primeira conferência em Paris, os primeiros vicentinos perceberam a necessidade de elaborar um regulamento para consolidar suas experiências e manter a unidade da Sociedade através da definição de seus princípios e objetivos, que ficaram conhecidos como Regra da Sociedade de São Vicente de Paulo. Esta permaneceu em vigência até 1967, quando sofreu alterações a fim de adaptar-se à nova realidade social, cultural, política e econômica, respeitando as especificidades de cada país (CHIZOTI, 1991).

Em 1839, estabeleceu-se um organograma, que vigora até os dias de hoje, definindo os escalões hierárquicos (CHIZOTI, 1991). A conferência é a menor unidade dentro da SSVP.

Todavia, há conferências que apresentam maior ou menor número de participantes, nas quais os vicentinos são denominados confrades, se forem homens, ou consócias, caso sejam mulheres. Reúnem-se uma vez por semana, iniciando com orações, uma leitura de cunho espiritual e, em seguida, relatam as visitas que realizaram às famílias assistidas (SSVP, 1996).

Todas as conferências encontram-se vinculadas e subordinadas a um Conselho Particular, próximo geograficamente, o qual está vinculado e subordinado ao Conselho Central. O Conselho Central está vinculado e subordinado ao Conselho Metropolitano próximo de sua circunscrição geográfica, que por sua vez, está vinculado e subordinado ao Conselho Superior ou Nacional, existente em cada país. No topo da hierarquia está o Conselho Geral Mundial, cuja sede fica em Paris. Seus membros são todos os presidentes dos Conselhos Superiores dos 132 países que registram a presença da SSVP (SSVP, 1996).

Há ainda o Departamento de Obras Unidas, unidade vicentina com personalidade jurídica própria e subordinada ao Conselho Central de sua jurisdição, e as Obras Especiais, que englobam os serviços complementares; há a Escola de Caridade Antônio Frederico Ozanam, cujo programa destaca [...] *a formação cristã, vocação vicentina, problemas de ação e justiça sociais* (SSVP, 1996, p.51), além de preparar novas lideranças vicentinas.

A Regra da SSVP determina que a visita ocorra uma vez por semana; porém, observamos nas entrevistas realizadas com os presidentes que, em diversas conferências, estas se davam a cada 15 dias, em virtude da distância da residência das famílias assistidas ou da disponibilidade de tempo dos vicentinos (SILVA, 1999).

Desde seu início, a SSVP testemunhou profundas mudanças sofridas pela sociedade brasileira e pela Igreja. Todavia, não permitiu que estas interferissem em um de seus princípios básicos, definidos em 1833 na Regra (SSVP, 1996, p.29):

[...] Sua ação compreende qualquer forma de ajuda, por contato pessoal, no sentido de aliviar o sofrimento e promover a dignidade e a integridade do homem. A sociedade não somente procura mitigar a miséria, mas também descobrir e remediar as situações que a geram. Leva sua ajuda a quantos dela precisam, independentemente de raça, cor, nacionalidade, credo político ou religioso e posição social.

No Brasil, a primeira conferência da SSVP foi fundada em 4 de agosto de 1872, no Rio de Janeiro, pelo Conde Aljezur, pelo advogado Pedro Fortes Marcondes Jobim e pelo médico Antônio Seccioso de Sá; antes do fim da escravidão e em plena efervescência da Questão Religiosa (SUCUPIRA, 1972).

Conforme esse autor, a possível causa de a primeira conferência de São Vicente de Paulo no Brasil somente ter sido fundada 40 anos após a de Paris encontrava-se na falta de um catolicismo

atuante entre os católicos, nos choques entre membros do episcopado e maçons e na intervenção do Estado nos assuntos religiosos da Igreja Católica.

Não obstante esses fatos, o movimento logrou êxito também no Brasil, pois, após doze anos da fundação da SSVP, já contabilizava 25 conferências e 4 conselhos particulares instituídos nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Aracaty (Ceará). E em 50 anos, já somava 2.135 conferências, 267 Conselhos Particulares instituídos e 39 Conselhos Centrais (SUCUPIRA, 1972).

Quanto à participação das mulheres nas conferências, o antigo regulamento da SSVP proibia a participação delas. No comentário do parágrafo segundo do Art. 18 do Manual da SSVP, datado de 1966, há o seguinte destaque: *Como regra geral, recordemos que a obra é reservada aos homens e não pode ter senhoras no número dos sócios ativos ou honorários.*

Essa interdição às mulheres se dava porque, de acordo com o texto "A Sociedade de São Vicente de Paulo: o que ela é e o que deve ser" (SSVP, 1956, p.09):

[...] é inegável que o homem tem mais autoridade para conseguir fazer-se ouvir e ser obedecido, sobretudo quando se trata de dirigir moços [...] É portanto ao homem que se deve tratar de evangelizar, se quisermos restaurar a ordem cristã, sobretudo na melindrosa quadra da adolescência.

Segundo este texto, os homens estariam mais bem preparados para evangelizar outros homens, porque seriam estes que ocupariam os cargos e empregos de maior influência na comunidade.

Todavia, com o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962 – 1965), novas orientações foram determinadas a respeito do papel da mulher no interior da Igreja Católica. Um amplo documento foi produzido como resultado deste Concílio, que reuniu bispos, padres e religiosos dos cinco continentes, e alguns representantes de outras religiões.

É bem verdade que os líderes da Igreja constataram, mesmo a contragosto e não admitindo publicamente, um crescimento no movimento feminista, consolidando a ideia de que as mulheres não deveriam ser relegadas a funções subalternas e não precisavam aceitar passivamente a sua subordinação.

No capítulo III do Decreto sobre o Apostolado dos Leigos¹¹, a Igreja se pronunciou acerca do papel da mulher: “[...] Uma vez porém que em nossos dias as mulheres tomam parte mais ativa em toda a vida da sociedade, é de grande importância sua participação mais ampla também nos vários campos de apostolado da Igreja [...]”.

Assim, a SSVP, em consonância com a Santa Sé e com o que ocorria ao seu redor, também adotou essas novas orientações, com a autorização para as mulheres participarem das atividades, adaptando-se às exigências da realidade social, política e cultural, provocada pela luta das mulheres por maiores espaços de atuação no trabalho, na família, na política, na Igreja.

Outras deliberações foram tomadas com o Concílio Ecumênico Vaticano II, como o estímulo a algumas campanhas com o intuito de incentivar a criação e fortalecimento de pastorais e movimentos que estimulassem e ampliassem o apostolado leigo, ou seja, uma maior participação de homens e mulheres nas atividades da Igreja, desde que estivessem sob a coordenação de padres ou freiras. Aqui no Brasil, neste período, as atividades dos leigos católicos variavam desde a contemplação e oração até a participação em movimentos sociais populares (SILVA, 1999).

Entre as diversas práticas que receberam apoio, encontrava-se a SSVP, por responder às características de um movimento leigo. Sua abrangência de atuação, atualmente, alcança números impressionantes, estando presente em 132 países dos cinco continentes, contabilizando no ano de 1999, 47.600 conferências e 880.000 vicentinos no mundo, os quais seguem sempre o mesmo objetivo proposto, ou seja, promover a ajuda material e apoio espiritual a todos que necessitarem (Regra da SSVP, 1996).

No trabalho desenvolvido pela SSVP, há a distribuição de alimentos e roupas doadas às famílias desprovidas do mínimo necessário para sua sobrevivência, residentes em bairros, loteamentos, conjuntos habitacionais, favelas e assentamentos; o que representa uma prática assistencial de significativo alcance e reconhecimento por parte de seus usuários e da própria Igreja.

E nessa atividade há a participação e colaboração de católicos de variados segmentos sociais, como empresários, comerciantes e comerciários, profissionais liberais, donas-de-casa, funcionários públicos, empregadas domésticas, estudantes e professores, os quais afirmam ter como princípio básico a caridade, isto é, o amor ao próximo, a bondade e a compaixão com aquele que se encontra em dificuldades econômicas e sociais:

Podem participar da sociedade vicentina qualquer pessoa, desde que seja católica. A sociedade vicentina ainda só permite pessoas que sejam da sociedade católica. E pessoas que tenham uma regularidade no seu, na sua vida espiritual. Então, todos podem participar, tanto o homem, quanto a mulher, jovens, crianças até. Está aberta para todas as pessoas que queiram exercitar a caridade, através da associação vicentina, que é uma caridade que nós chamamos de uma caridade organizada. Está aberta a todos, desde que professe a fé católica (A.L., vicentino).

Essa compreensão de caridade é encontrada em várias passagens da Bíblia; contudo, a Igreja Católica, em virtude de sua hegemonia, definiu e difundiu esta ideia a partir de um discurso repetitivo, moral e ambíguo, com a finalidade de garantir o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, evitando assim, o perigo de conflitos e revoltas daqueles que se encontram em precárias condições de sobrevivência.

De acordo com o *Decreto sobre a atividade missionária da Igreja*¹², publicação que resultou das discussões do Concílio Vaticano II, a caridade deve ser entendida como um ato de amor ao próximo:

Com efeito, a caridade cristã a todos se estende sem distinção de raça, de condição social ou de religião. Ela não espera vantagem alguma nem gratidão. Foi com amor gratuito que Deus nos amou. Assim também os fiéis por sua caridade mostrem-se solícitos por todos os homens, amando-os naquele mesmo afeto que levou Deus a procurar o homem.

Esse princípio cristão é difundido enquanto um dever moral, uma possibilidade de apresentar para a sociedade um comportamento altruísta, em particular daqueles que detêm o poder político e econômico, e não como possibilidade de fortalecer os laços de solidariedade entre os membros da comunidade, porque, na maioria das vezes, esta se restringe à doação de alguns itens da cesta básica ou de ajudas eventuais em decorrência de desastres provocados por fortes chuvas, ou por falta dela: “[...] Então, a gente faz um apanhado completo da situação da família, no sentido de saber todos os problemas, se realmente há necessidade desta família ser amparada” (Vicentino).

E a Igreja Católica, a partir do discurso da caridade, incentivou a criação de mais entidades filantrópicas e o aumento de ações voluntárias, como a SSVP, visando minorar a pobreza. Foi um processo que buscou afrouxar as tensões sociais que se faz sentir em situações de crise econômica, haja vista o grande número de homens e mulheres excluídos do mercado de trabalho, com o aprofundamento do processo de urbanização, que provocou, entre outras situações, o aumento do desemprego e a impossibilidade de acesso a bens e serviços, como educação, saúde, habitação, transporte de qualidade (SILVA, 1999).

É importante frisar que a ajuda somente é concedida àqueles que se comportam de acordo com as normas estabelecidas pelas entidades ou pela SSVP:

Você faz um levantamento da situação daquela família: são casados normalmente ou estão juntos. Como é que estão os filhos, são batizados, se trabalha, se não trabalha. Quantos filhos têm. A religião que professa, embora nós não exigimos que o assistido seja católico. Se ele quiser continuar na sua religião, nós damos assistência. Porque a caridade não tem credo (vicentino).

Um comportamento considerado não adequado significa rever a assistência à família carente:

Eles dão uma ajuda prá pessoa se reerguer e ir prá frente. A gente tem que trabalhar e seguir certinho: não arrumar mais marido, mais homem, não arrumar mais filho prá ficar sofrendo. Isso aí é o que eles falam prá gente (V., assistida por uma conferência).

Com as visitas às famílias, os vicentinos não somente ajudaram a minorar os reflexos da pobreza como também contribuíram para que a Igreja Católica difundisse sua doutrina e sua concepção de mundo, mesmo entre não-católicos “Eles vieram em casa, fizeram uma visita,

conversaram com a gente, né, nós começamos a participar da Igreja, eles orientam a gente a ir na Igreja” (C., assistida pelos vicentinos).

É uma solidariedade que permite estreitar laços afetivos entre os indivíduos, gerar empatia com aqueles que se encontram abaixo do mínimo necessário para se manterem e estabelecer um sentimento de dever moral.

No entanto, essa solidariedade fica mais no plano individual. As visitas limitam-se a poucas famílias, não atingindo a sociedade como um todo, porque não se desenvolve uma atuação que engaje as associações de bairros ou movimentos sociais mais amplos para a busca de respostas ou soluções coletivas para o enfrentamento da pobreza, da exclusão social e do pouco acesso aos serviços socioassistenciais, possibilitando uma mudança social ou ao menos um questionamento desta realidade que se apresenta.

Na verdade, a SSVP não tem por objetivo questionar as estruturas sociais dominantes, muito menos propor a transformação da sociedade. A partir das entrevistas realizadas com os confrades, consócias e assistidos pelas conferências vicentinas, pudemos constatar que a finalidade é praticar a caridade cristã, atenuando as precárias condições de sobrevivência de homens, mulheres, idosos, adolescentes e crianças, por meio da doação de recursos materiais e orações.

3 - Considerações finais

Estudar a instituição Católica traz certa perplexidade, por estarmos diante de uma das organizações mais antigas e tradicionais do Ocidente, que se adaptou às exigências econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas que se apresentaram na sociedade. As autoridades eclesiais conseguiram, não sem lutas e disputas internas e externas, superar muitas crises pelas quais a Igreja passou, mantendo-a unida ou sob um consenso auto-imposto; várias vezes expulsaram os opositores, dominou reis e subjugou povos, impondo sua percepção de mundo.

No século XX, com a intensificação do processo de secularização, perdeu parte de seu poder e prestígio; porém seu papel de destaque é inegável, sendo chamada a intervir, como conciliadora, em diversos conflitos, de estabelecer alianças com diferentes segmentos sociais, como empresários, trabalhadores, governos democráticos ou autoritários, civis ou militares, que lhe permitiu manter seu poder temporal por meio do poder espiritual.

A Sociedade de São Vicente de Paulo, enquanto movimento de membros católicos, em estreita conexão e sintonia com as determinações da hierarquia, contribui para a manutenção e difusão dos princípios e doutrina desta instituição religiosa, na medida em que estende sua presença de forma capilar por longínquas e diversas regiões, congregando para suas fileiras diferentes segmentos

sociais. As práticas religiosas vicentinas lograram êxito, haja vista sua longevidade e alcance em numerosos países, mesmo naqueles onde o catolicismo não é a religião hegemônica.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ANDRADE, Pe. Djalma R. *O paradoxo cristão: História e transcendência em Alceu de Amoroso Lima*. SP: Loyola, 1994.
- AUBERT, Roger. *Nova História da Igreja: A Igreja na sociedade Liberal e no mundo moderno*. Petrópolis: Vozes, 1975, v. 5, Tomo I.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. SP: Cia das Letras, 1986.
- BRASIL: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CARMO, S. I. S. do. *A memória do regime militar, numa perspectiva interdisciplinar*. Araraquara: 1997 (projeto de pesquisa para o triênio 1997-2000 - FCL-UNESP- Araraquara).
- CHIZOTI, G. *Os operários da caridade: a Sociedade de São Vicente de Paulo em São Paulo, 1874 - 1946*. 1991. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. 382 p.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos da análise do discurso*. 7ª ed. SP: Ática, 1999.
- GUIMARÃES, Frei Almir Ribeiro. *Comunidades de Base no Brasil: uma nova maneira de ser em igreja*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. SP: Cia das Letras, 1995.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Trad. M. V. Baptista, São Paulo: Cortez, 1991.
- MANOEL, I. A. *A Ação Católica Brasileira: notas para estudo*. *Acta Scientiarum – Human and social Sciences*, Maringá-PR: Ed. Universidade Estadual de Maringá, v.21, n.1, março/1999.
- _____. *D. Antônio de Macedo Costa e Rui Barbosa: a Igreja Católica na ordem republicana brasileira*. *Pós-História* (Revista de Pós Graduação em História), Assis: UNESP, v.5, 1997.
- Manual da Sociedade de São Vicente de Paulo. Rio de Janeiro: Conselho Superior do Brasil, 1966. 400p.
- MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MONTENEGRO, A. T. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. SP: Contexto, 1994.

SILVA, C. N. *Poder público municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo: dois modelos de atuação na área da assistência social (1964 – 1988)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1999. 121 p.

SUCUPIRA, L. C. *Ozanam, a juventude em ação*. A Fortaleza. Fortaleza: impresso no jornal, 1968. 107 p.

_____. 1872 - 1972: *A influência dos vicentinos na recristianização do Brasil*. Publicação comemorativa do Primeiro Centenário da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil. Sociedade de São Vicente de Paulo: julho de 1972.

SSVP, Sociedade de São Vicente de Paulo. *Regra da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Superior do Brasil. 1996.

SSVP, Sociedade de São Vicente de Paulo. *O que ela é e o que deve ser por perguntas e respostas*. Rio de Janeiro, 1956. 15 p.

TEIXEIRA, M. G. *São Vicente de Paulo (o sacerdote exemplar)*. Campinas: Gráfica do Instituto de Menores Dom Nery, 1986.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. R.J.: Paz e Terra, 1992.

VALLE, Edênio. As Ordens Religiosas no Contexto do Catolicismo Tridentino. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.

VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.

VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

WERNET, Augustin. A Igreja Paulistana no Século XIX. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.

NOTAS

¹ Tais como: *A Igreja Paulista no século XIX: a reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo, Ática, 1987; *A Reforma do Clero Paulista. Anais da Terceira Reunião Anual da SBPH*. São Paulo, 1984; *Os Bispos de São Paulo durante o Segundo Reinado e a Romanização da Igreja Paulista. Relações Humanas*. São Bernardo, FEI, 1983.

² LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Presença da Igreja no Brasil*. São Paulo, Giro, 1977; MOURA, Dom Odilão. *Idéias Católicas no Brasil: direções do pensamento católico no Brasil do século XX*. São Paulo, Convívio, 1978; GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *Os Precursores do Ultramontanismo em São Paulo no Episcopado de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, 1873-1894*. Tese (Doutorado) apresentada à USP, São Paulo, 1992.

³ As orientações do Concílio de Trento representaram “um ponto de mutação na vida da Igreja. Sua vigência na Igreja foi muito além de sua duração propriamente dita. Durante ao menos três séculos e meio ele determinou em larga escala a evolução da Igreja Católica e do próprio cristianismo. Se os dezoito anos do concílio foram penosos, ainda mais

turbulentos foram os trezentos e cinquenta anos de sua implantação no mundo católico. A política eclesiástica adotada em Portugal ao longo desses vários séculos postergou e dificultou a aplicação do concílio em suas colônias de além-mar, sempre em função dos interesses da Metrópole” (VALLE, 2005, p. 198).

⁴ Foi um embate entre a Igreja e D. Pedro II, representado parte da maçonaria, que determinou a prisão de Dom Vidal, bispo de Olinda e de Dom Macedo Costa, bispo de Belém, que representavam o ultramontanismo ou a romanização, que tentava a retomada pela Igreja das rédeas da instituição e por acatarem a Bula Papal que determinava o fechamento das ordens religiosas que possuísem membros da Maçonaria. Para uma leitura mais aprofundada quanto a Questão Religiosa é sugerido (VILLAÇA, 1974).

⁵ “Após a independência, em 1822, e o retorno de Dom Pedro I a Portugal, o clero paulista teve na pessoa de padre Feijó uma das figuras de maior prestígio no País. [...] A afirmação da independência do Brasil reacendeu problemas que vararam todo o Segundo Império. O clero brasileiro estava dividido em duas correntes principais, uma liberal e maçônica, outra conservadora e ultramontana” (VALLE, 2005, p.216).

⁶ Sobre os meandros da Proclamação da República e sua relação com a Igreja Católica, há um artigo que trata esse tema de forma incisiva de Ivan Aparecido Manoel (MANOEL, 1997).

⁷ Não havendo a intenção de realizar uma exposição aprofundada sobre as temáticas relacionadas aos depoimentos, a história oral, a memória, etc.

⁸ Inclusive em que produz a vida, graças aos avanços bio-genéticos.

⁹ Segundo livro publicado pela SSVP *O que ela é e o que deve ser por perguntas e respostas* (1996, p.06), era costume entre os estudantes da Academia de Paris reunirem-se para discutir assuntos diversos, dando-se o nome a estas reuniões de conferência. Frederico Ozanam e seu grupo conservaram o nome conferência para suas reuniões.

¹⁰ Padre que no século XVII, na França, fundou diversas obras sociais voltadas para o atendimento aos mais necessitados, como a Congregação da Missão, Congregação das Filhas da Caridade, Associação das Damas de Caridade e outras obras, tendo sido aquele que primeiro organizou a caridade, isto é, sistematizou os serviços de atendimento aos pobres (TEIXEIRA, 1986).

¹¹ Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html>. Acessada em 09/abr/2010.

¹² Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html>. Acessada em 09/abr/2010.

Artigo recebido em 04/2010. Aprovado em 05/2010.